

## O funcionamento do espaço de enunciação entre a Libras e o Português: reflexões do lugar de significação do sujeito surdo

*This article aims to discuss the functioning of the enunciation space between libras and portuguese: reflections on the place of meaning of the deaf subject*

Jaqueline de Sousa Macedo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir o funcionamento do espaço de enunciação entre a Libras e o Português a partir das reflexões feitas por Eduardo Guimarães em Semântica do Acontecimento, disciplina inserida nos estudos sobre a História das Ideias Linguísticas no Brasil. Nesse sentido, analisamos o funcionamento das duas línguas: Libras – Língua Brasileira de Sinais e o Português na sua relação constitutiva com seus falantes a partir de enunciados produzidos por sujeitos surdos em postagens na rede social Twitter, o que refletiu o conflito existente no funcionamento do espaço enunciativo. Assim, apresentaremos como se constitui o contato entre essas línguas pelos seus modos de circulação, bem como lugar de significação para os sujeitos falantes. Essa relação entre línguas e entre falantes e línguas aponta para um confronto desigual, pois o Português dentro do espaço enunciativo do território nacional funciona diretamente como a língua oficial e consequentemente a língua nacional. Diferentemente da língua de sinais brasileira, que possui apenas o reconhecimento legal de meio de comunicação e expressão da comunidade surda, embora seja uma língua tanto quanto a língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Espaço de Enunciação. Português. Libras

**Abstract:** This article aims to discuss the functioning of the enunciation space between libras and portuguese based on the reflections made by Eduardo Guimarães in “Semantics of the Event”, a discipline inserted in studies about the History of Linguistic Ideas in Brazil. In this sende, we analyzed the functioning of the two languages: Libras – Brazilian Sign Language and Portuguese in it constitutive relationship with their speakers from utterances produced by deaf individuals in posts on the twitter social network, which reflected the existing conflict in the functioning of the enunciative space. Thus. We will present how the contact between these languages is constituted by their modes of circulation, as well as their place of meaning for the speaking individuals. This relationship between languages speakers and languages points to an unequal confrontation, because the portuguese within the enunciative space of the national territory works directly as the official language and consequently the national language. Differently the Brazilian sign language, which has only legal recognition as a means of communication and expression of the deaf community, although it is a language as much as the portuguese language.

**Keywords:** Linguistic Landscape. Miranda do Douro. Mirandese language. Multilingualism.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do saber linguístico é fruto de uma realidade histórica, que, em diferentes momentos, criam formas, evoluem, transformam e desaparecem, formando, assim, a construção do saber e projetando a construção do futuro por meio da constituição deste saber no tempo. A língua faz parte do sujeito, pois é por meio dela que

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [jampb19@hotmail.com](mailto:jampb19@hotmail.com).

este se constitui como parte da história e da política e também desenvolve a sua formação identitária.

A história das ideias linguísticas no Brasil, a partir de Orlandi (1998) traz o político caracterizado como lugar de disputa que regula as práticas sociais e em suas diferenças forma a produção da língua nacional. Destarte, os estudos sobre a língua, os instrumentos linguísticos e as instituições que sustentam o seu ensino são elementos fundamentais para o desenvolvimento da história das ideias linguísticas (HIL), uma vez que ao longo de toda a história se constituiu da reflexão entre língua e linguagem.

No Brasil, a língua de sinais - Libras (Língua Brasileira de Sinais) é reconhecida pela lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002 e utilizada pela comunidade surda, um passo importante para interações sociais realizadas pelos surdos a partir da sua língua natural. No entanto, vale ressaltar que a Libras não é a única língua de sinais existente no território brasileiro. Há também língua de sinais indígenas e língua de sinais emergentes. E, o fato de a sociedade brasileira ser majoritariamente ouvinte dificulta a inclusão da Libras em diferentes espaços, bem como a suavização do conflito entre ela e o Português.

Nesse sentido, observa-se uma relação de disputa - de um lado, a opressão e dominação do idioma oficial, o Português. É o espaço de enunciação dito por Guimarães (2017), espaços de funcionamento das línguas que levam os falantes ao seu dizer. Por outro lado, a resistência da Libras, reconhecida como

[...] forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002)

Esse reconhecimento da Libras trouxe para o sujeito surdo o direito de uso da sua língua natural e a possibilidade de comunicação eficiente por meio da utilização de uma língua visual-espacial em contraposição à uma língua oral-auditiva, no caso do Português, o que garante ao surdo usar um instrumento de produção de sentido em uma modalidade de língua diferente.

Nesse sentido, conforme Quadros e Karnopp (2004), as línguas de sinais “são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem” (QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 30). Desse modo, sendo uma forma reconhecida de comunicação e sendo uma língua. No entanto, as reflexões aqui apresentadas são resultantes da relação opressora do Português em relação a Libras, pois o Português é o idioma oficial do Brasil e a Libras não.

Salientamos que este trabalho parte de uma análise a partir do conceito de espaço de enunciação designado pelo linguista brasileiro Eduardo Guimarães. O autor refere-se a esses espaços como sendo espaços de funcionamento das línguas. Nessa perspectiva, ele mostra a relação entre a língua e os falantes, constituindo-se um espaço de disputa, um espaço político. Conforme Guimaraes (2017), “os espaços de enunciação são espaços, divididos desigualmente, de disputa pela palavra” (GUIMARÃES, 2017, p. 28).

Partindo do conceito de espaço de enunciação, este artigo tem como objetivo analisar como acontece o funcionamento do espaço enunciativo entre Libras – Língua Brasileira de Sinais e o Português a partir de enunciados produzidos por sujeitos surdos. Por se tratar de duas línguas pertencentes ao espaço territorial brasileiro, mas que apenas uma é considerada por lei como oficial, no caso o Português, como os sujeitos que fazem uso das duas línguas em determinadas situações se comportam frente a uma divisão de espaço enunciativo? Para tanto, recorreremos a recortes enunciativos disponíveis na rede social *Twitter* de sujeitos surdos para entender como esses sujeitos se comportam frente a um embate de divisão entre essas duas línguas – Libras e o Português.

Portanto, a análise parte de uma análise de base materialista por abordar um conceito que se faz presente na semântica do acontecimento por meio da descrição e análise da relação entre sujeito e língua proposta por Eduardo Guimarães. O enunciar para o autor é uma prática política e a partir dessa noção, abordaremos a relação do sujeito surdo nesse espaço enunciativo entre as línguas – Libras e Português. O trabalho no primeiro momento faz uma breve introdução da História das Ideias Linguísticas no Brasil e a constituição da Língua Brasileira de Sinais – Libras. No segundo tópico, serão abordados conceitos e reflexões acerca do espaço de enunciação defendido por Guimarães. No terceiro tópico, baseados nesses conceitos, analisaremos enunciados produzidos por sujeitos surdos na rede social *Twitter*. Por fim, teceremos as considerações finais e referências.

## **2 A HISTÓRIA DO CONHECIMENTO LINGUÍSTICO NO BRASIL**

No Brasil, Eni Orlandi sistematiza a história das ideias linguísticas e buscou responder que outros discursos podem ser relacionados dentro e fora do país para a constituição de um saber atrelado à construção da própria língua nacional. Baseada nos estudos de Auroux (1989) e na classificação proposta por este acerca de mostrar o percurso da história das ideias linguísticas em três vias: base documental empírica, prática cognitiva e legitimação da prática cognitiva, Orlandi concorda que a constituição do saber possui uma temporalidade dividida entre a retrospectiva (organização do passado) e a projeção (constituição do futuro).

Nesse contexto, apoiada também na teoria da análise do discurso de Pêcheux (1975), Eni Orlandi diz que esse horizonte de retrospectiva e projeção pode ser observado no sujeito constituído desse conhecimento para resgate do processo de contar a história, o que confirma a base materialista para o nosso trabalho. A autora afirma que “a questão do saber adquire o sentido de uma prática que deixa resultados na história do homem” (ORLANDI, 2013, p. 17).

A gramaticalização do Português brasileiro teve início no século XIX. Na posição de colônia portuguesa, o Português do Brasil alcança seu direito à unidade, mas também o seu direito às suas variações. A base do Português brasileiro vem da base de uma língua ocidental instrumentada (gramática e dicionário) e provida de uma escrita como diz Eni Orlandi (2013). Dessa maneira, o saber metalinguístico no Brasil é resultante do pensamento sobre a linguagem e as condições históricas brasileiras.

Guimarães (2017) aponta que “falar português é estar afetado por estas divisões que caracterizam o espaço de enunciação da Língua Portuguesa no Brasil” (GUIMARÃES, 2017, p.28). As divisões referidas pelo autor correspondem as variações faladas pelos sujeitos em diferentes locais do país e são marcadas por uma hierarquia de identidades. Logo, falar do processo de gramaticalização no Brasil é pensar em uma formação heterogênea por meio de instrumentos (gramáticas e dicionários) que constituíram a unidade da Estado brasileiro. Ou seja, a formação da língua do Português brasileiro que representa o povo, a nação do lugar.

Pensando a gramática como objeto histórico, Orlandi (2013) insere o sujeito como ser social a esse objeto e é através das formações discursivas e do saber da língua que ele se constitui como sujeito sociopolítico e se funde à história da constituição da língua nacional. Assim, a construção do conhecimento linguístico no Brasil tem bases não só portuguesas, mas também de outras línguas ocidentais. Porém, alcança seu próprio lugar dentro da ciência por ser parte de uma história da sociedade brasileira e dos sujeitos formados nela.

Após essa breve exposição do percurso de construção dos estudos em HIL (História das Ideias Linguísticas) no Brasil é necessário contextualizar como o ocorreu o processo de gramaticalização da Libras no Brasil.

## **2.1 Gramaticalização da Língua Brasileira de Sinais**

Silva (2012) aponta que a constituição e formulação do saber em Libras deu-se a partir dos instrumentos (dicionário ou gramática) ensinados na escola. O primeiro registro no Brasil sobre Língua de Sinais é datado de 1875, localizado no INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), antes denominado de Instituto de Surdos-Mudos. As primeiras obras traziam registros acerca da educação de surdos sob uma abordagem patológica, pois representavam ensinamentos como o desenvolvimento da oralização, com atividades que ensinavam os alunos surdos a desenvolverem a fala. Percebe-se então que os primeiros registros de língua de sinais não foram ligados ao surgimento de uma língua de sinais do Brasil.

A datação das primeiras pesquisas na área de linguística e a Libras são recentes. Apenas por volta da década de 80 e correspondem a estrutura linguística da Libras, os processos de tradução e interpretação desta e também o processo de aquisição da língua. Em Silva (2012), a criação do INES significou a institucionalização do espaço em lugar de ensino, um acontecimento que permitiu o desenvolvimento da política de ensino do sujeito surdo e do saber constituído no espaço.

Desse modo, tem-se uma convergência na construção e constituição tanto da Libras no Brasil enquanto língua e também do Português brasileiro como língua. Cada um no seu espaço, embora permeadas de processos formativos distintos, os espaços utilizados para essa construção do saber linguístico em ambas as línguas são semelhantes - o espaço escolar garantindo a unidade linguística e a formação do sujeito na língua.

A língua brasileira de sinais tem uma gramática própria, assim como as línguas orais e outras línguas de sinais. “A língua de sinais dos surdos é natural, pois evolui como parte

de um grupo cultural do povo surdo” (GESSER, 2009, p. 13). Libras possui um sistema complexo composto de fonologia, morfologia e sintaxe que são desenvolvidos a partir do uso das mãos, corpo e face através de movimentos e expressões. Sobre a naturalidade da língua de sinais, as autoras Rubio et al (2014) trazem que

“As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas. Elas podem ser comparadas à complexidade e expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples por meio delas. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestos. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas Línguas. As línguas de sinais diferenciam-se das línguas orais porque se utilizam de um meio visual-espacial, ou seja, na elaboração das línguas de sinais precisamos olhar os movimentos que o emissor realiza para entendermos sua mensagem” (RUBIO et al, 2014, p.3).

Nesse viés, percebe-se que a libras permite ao surdo produzir enunciados e percepção do mundo a partir do visual-espacial. Embora seja uma modalidade de língua diferente do Português, Libras por meio da sua comunidade falante disputa um espaço no território brasileiro com o Português e é através dos instrumentos e das instituições que os sujeitos falantes são divididos e inseridos numa relação com a língua nacional. Logo, entender como funciona esse espaço de enunciação disputado pela Libras e o Português no território brasileiro faz-se pertinente. Para tanto, é necessário entendermos mais profundamente o conceito de espaço de enunciação de Eduardo Guimarães e perceber como esse espaço político acontece nas enunciações produzidas por sujeitos que estão legalmente amparados para usarem as duas línguas aqui em discussão.

### **3 O CONCEITO DE ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO**

Em sua obra *Semântica do Acontecimento*, Eduardo Guimarães trabalha o conceito de espaço de enunciação. Na visão do autor, “são espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2017, p. 25). Esse espaço abordado por Guimaraes é político. “O Político é um conflito entre a divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2017, p. 22). Já em Orlandi (1990), o político é definido como “relação de confronto” (ORLANDI, 1990, p. 35).

Esse confronto, segundo Guimarães (2017), faz-se presente entre o político como afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo com a divisão desigual do real. O autor diz que há um espaço regulado fruto da relação entre falantes e língua. Nesse sentido, a língua é dividida como necessária e atravessada pelo político. Ademais, “a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos” (GUIMARÃES, 2017, p. 24). O falante apresentando por Guimaraes, como ele diz, não é a pessoa que uma ou outra língua, mas sim sujeitos da língua formados no espaço enunciativo. Assim, é uma “categoria linguística e enunciativa” (GUIMARÃES, 2017, p. 25).



Desse ponto, pode-se pensar as relações do espaço de enunciação. Na visão de Guimarães (2018) a constituição do processo histórico do funcionamento da linguagem e das línguas se dá pela retomada no espaço de enunciação. Logo, em Guimarães (2018)

“O conceito de *língua* deve ser formulado a partir da compreensão de sua relação específica como o espaço de enunciação. [...] Isto leva a considerar que a língua não é algo abstrato, é algo histórico, se apresenta pela prática humana, por relações que fundamentam o funcionamento desta prática cuja característica é a de produzir significações: a linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p; 23).

Tanto o conceito de língua quanto o conceito de falante possuem relação direta com o espaço de enunciação. Por espaço de enunciação, Guimarães diz ser o “espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa” (GUIMARÃES, 2018, p. 24).

A partir do conceito de espaço de enunciação e de falante como categoria linguística, podemos pensar na relação Libras e Português no espaço territorial brasileiro. O Português, embora seja o idioma oficial do Brasil, sua constituição é também fruto da derivação de outras línguas, é atravessado por outras línguas. Guimarães (2017) menciona um exemplo dessa divisão do português em relação ao inglês quando analisa o caso da palavra “acessar”, derivada de “*to aces*” do inglês. Dessa forma, na prática, o autor apresenta o confronto existente entre o falante e duas línguas, entre o espaço de enunciação do português dividido também com o inglês.

Em Libras há também a divisão desse espaço. A língua de sinais brasileira é uma derivação da língua de sinais francesa. No entanto, também faz uso de recursos do Português, como a “datilologia”, que se constitui no uso do alfabeto manual por meio de sinais derivados do alfabeto da Língua Portuguesa. Em vista disso, constata-se que no Brasil, apesar do português ser a língua oficial nacional, ele também divide espaço com a Libras, assim como várias outras línguas não-oficiais existentes no Brasil, a exemplo de língua indígenas e outras línguas de sinais diferentes da Libras.

Essa divisão baseada em Guimarães nos aponta uma problemática existente no Brasil: como redividir o espaço para trabalhar a Libras no território brasileiro? Como diminuir as condições de desigualdade política entre Libras e o Português? Por que a sociedade majoritariamente ouvinte do Brasil não busca aprender Libras? Por que o sujeito surdo é quem deve se adequar a essa sociedade? São questionamentos que não conseguiremos responder aqui, mas que futuramente podem ser trabalhados. Todavia, sabe-se que o primeiro passo para responder tais questões é o fato do português ser oficial para toda a sociedade brasileira e a Libras ser não uma língua oficial, mas um “meio legal de comunicação e expressão” da comunidade surda. (LEI 10.436/2002)

É através da língua que o falante se constitui, pois, os falantes são agenciados pelas línguas. Isso mostra que a relação entre língua e falante muda o espaço enunciativo. “Não se trata, portanto, de dizer que há línguas que entram em contato uma com as outras. Trata-se de considerar que há uma relação de línguas a línguas e de línguas a falantes e de falantes a falantes” (GUIMARÃES, 2018, p. 26).

O espaço de enunciação sendo um espaço político proporciona aos falantes serem afetados diretamente pela a língua. Todavia, com o cenário de enunciação sendo alterado surgiram novas relações e os falantes podem ficar diante de uma outra língua, diferente da língua oficial. Essa possibilidade mostra que o falante é afetado por essa nova língua, sendo falante dela ou não. Assim, “na medida em que o espaço de enunciação é o espaço de prática linguística, ele está aberto a permanentes mudanças” (GUIMARÃES, 2018, p. 26).

A configuração do espaço de enunciação brasileiro, de acordo com Guimarães (2014), deu-se em quatro períodos. Nesse tempo, o Português dividiu o espaço brasileiro com as línguas indígenas, com as línguas africanas, com a língua holandesa e línguas gerais. Contudo, sempre utilizado como a língua oficial e conquistando cada vez mais espaço, constituindo-se também na língua nacional sobrepondo outras línguas existentes no país.

É nessa relação constituinte do espaço de enunciação que as línguas se relacionam entre elas e com os seus falantes, ganham espaço ou não, possibilitando que esses falantes entrem contato com uma nova língua e a partir disso aconteça a modificação desse espaço, já que por meio de uma efetiva relação, falantes de uma outra língua passam a interagir com falantes da língua que já estava presente no espaço.

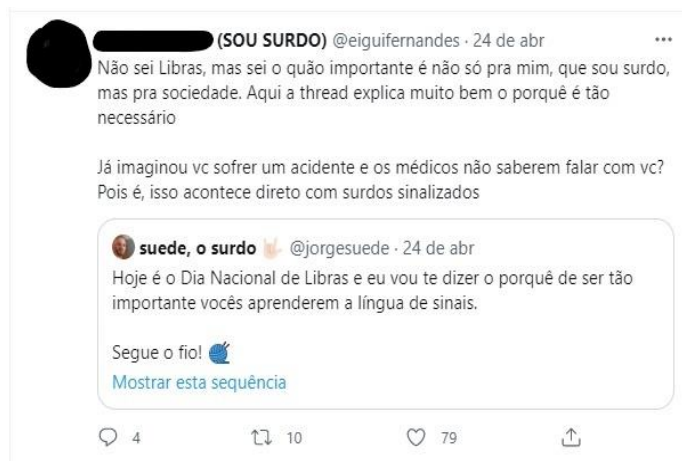
É a análise do funcionamento desse espaço da relação entre Português e Libras que esse trabalho se propõe. “O conceito de espaço de enunciação exige que esses aspectos sejam considerados como constitutivos do processo histórico do funcionamento da linguagem e das línguas.” (GUIMARÃES, 2018, p. 34).

Assim, analisar como se dá a reorganização desse espaço por meio de enunciados produzidos por sujeitos surdos frente a possibilidade de uso de duas línguas distintas e pertencentes ao mesmo território, é entender como esse espaço político se constitui, interage e se forma por meio de sujeitos históricos e políticos. Para tanto, a análise proposta considera recortes de enunciados produzidos por surdos na rede social *Twitter*, que serviram para a reflexão acerca do funcionamento do espaço de enunciação constituindo os sujeitos falantes de Libras e de Português.

#### **4 O FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO ENUNCIATIVO ENTRE PORTUGUÊS E LIBRAS**

O espaço enunciativo do Brasil é alterado a partir do momento em que os portugueses chegam ao país e se instalam no lugar. Essa alteração parte da interferência do Português e seus falantes ao entrar em contato com a língua (ou) línguas indígenas e seus falantes. A interação resultante desse contato modifica o espaço de enunciação. “há uma relação de língua a línguas e de línguas a falantes e de falantes a falantes.” (GUIMARÃES, 2018, p. 26).

Desse conceito, o nosso recorte inicial a ser analisado é o *Twitter* a seguir:



Fonte: reprodução via *Twitter*

No recorte acima, tem-se a menção ao dia nacional da Língua de Sinais Brasileira, comemorada dia 24/04. A lei 10.436/2002 trata do reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação entre a comunidade surda. O Artigo 1 da referida lei diz “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Dessa forma, a Libras se constitui uma língua para o surdo e o constitui enquanto sujeito por ser a sua língua natural – L1. Ideia essa já mostrada na primeira sessão deste trabalho. Por ser a língua natural do surdo, o Português para esse sujeito é a sua L2.

No Parágrafo único, do já mencionado Artigo 1º dessa lei traz ainda que “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Logo, por lei, no Brasil, existe uma língua diferente do Português e de sua modalidade oral – a língua brasileira de sinais (Libras). É por meio desta que a comunidade surda pode se comunicar. Esse parágrafo reforça a política monolíngue perpetuada desde o início do período da colonização brasileira, reproduzindo a supremacia do Português, mesmo após o reconhecimento da existência de uma outra língua nacional, a Libras.

Voltando a análise do primeiro recorte, há a manifestação de dois surdos sobre a importância e reconhecimento da data que comemora o dia nacional da Libras no Brasil. No entanto, o primeiro surdo reconhece não saber ainda língua de sinais, mas reforça a importância da língua não só para o surdo, mas também para a sociedade e exemplifica um dos motivos da necessidade de a língua ser aprendida por todos. A partir desse exemplo, percebe-se a relação de falantes de uma mesma língua, mas também de um falante de língua diferente. Assim, tem-se um espaço de enunciação constituído de

Língua P-1 \_\_\_\_\_ F1 e F2

Língua L \_\_\_\_\_ F2



O diagrama representado acima reflete o espaço de enunciação em que a língua P-1 é o Português e o F1 é o falante surdo determinado pela língua P-1. O F2 é o falante determinado pela Língua P-1 e também pela língua L, no caso representando a Língua Brasileira de Sinais. Nessa relação, o espaço é modificado pela a entrada da Língua L, pois o falante F2 é constituído por ela e também pelo Português. Essa relação entre as duas línguas e o falante F2 representa “elementos de mudança nas línguas. Este é um aspecto a ser considerado como próprio do acontecimento enunciativo e como o que possibilita uma nova abordagem da história das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p. 27).

Vale ressaltar que o falante F1 reconhece que a língua L é importante para ele. Isso mostra um segundo momento no espaço enunciativo, em que o falante F1 é afetado pela língua L. “Na medida em que o espaço de enunciação é o espaço da prática linguística, ele está aberto a permanentes mudanças” (GUIMARÃES, 2018, p. 28). Nesse sentido, percebe-se uma inversão no espaço enunciativo - naturalmente, a língua L deveria ser a representação de língua oficial de ambos os falantes, F1 e F2, porém o que se vê, é o português escrito funcionando diretamente como língua oficial desse espaço e dos falantes.



Fonte: reprodução via *Twitter*

Nesse recorte, há uma crítica a um vídeo gravado por um surdo oralizado acerca da sua experiência enquanto surdo que não faz uso da Língua Brasileira de Sinais, mas sim do Português. No vídeo, há um relato em que o surdo, F1, diz que é plenamente possível viver no mundo dos ouvintes e que é viável o surdo se adequar ao ouvintismo.

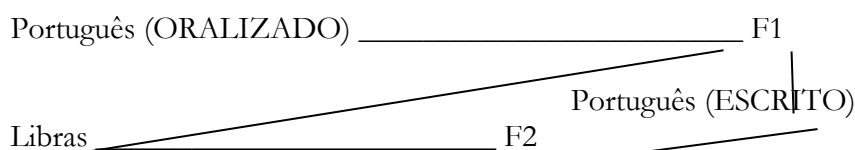
<sup>2</sup> Link de acesso do vídeo relatado acima: <https://twitter.com/pizzasheart/status/1400198997676068866>

Ademais, o espaço de enunciação distribui desigualmente as línguas e seus falantes. O surdo do vídeo usa o Português como a sua L1, o que mostra a sua relação com essa língua e traz marcas da sua ausência de relação com a língua de sinais. Ele próprio se intitula deficiente auditivo e diz não fazer uso da língua de sinais. O falante do vídeo diz se adequar ao mundo dos ouvintes, assim é agenciado a falar do lugar do colonizador, do opressor de maneira naturalizada. Logo, observa-se que o espaço de enunciação no Brasil relaciona o Português como língua oficial e a língua de sinais também assegura isso ao ser uma língua oficial da comunidade surda, porém é uma língua que não pode substituir a escrita do Português.

Dessa forma, o português se afirma enquanto língua dominante do território nacional e reafirma sua dominação em relação à Libras. O Português é a língua oficial do Estado e que, legalmente, não pode ser substituída pela Libras na modalidade escrita, o que reforça ainda mais a perspectiva colonialista do Português mediante Libras. Além disso, o recorte mostra a partir do vídeo que enunciações em Libras, geralmente, são realizadas por surdos que fazem uso da língua de sinais e não do Português para se comunicar por meio da sua língua natural. Constatação comprovada no falante surdo, F2, que enuncia uma crítica ao surdo do vídeo.

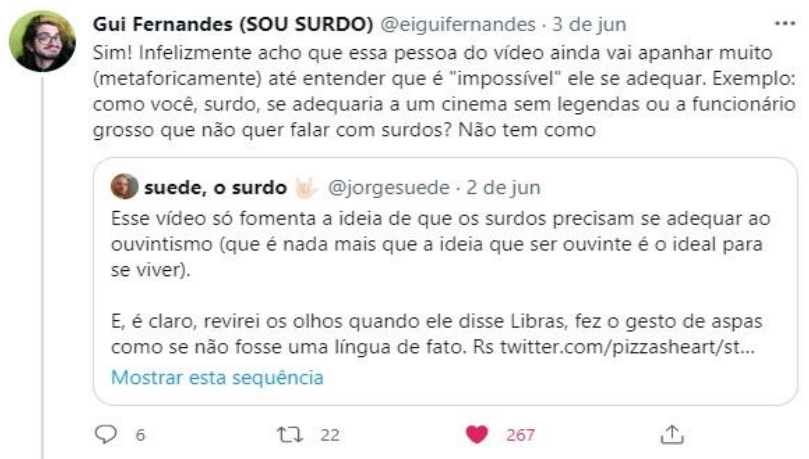
Esse falante é alfabetizado nas duas línguas: Libras e Português e faz uso de ambas as línguas para se comunicar, contudo reforça a importância do reconhecimento de Libras enquanto Língua ao se posicionar contrário à ideia de adequação do surdo ao mundo dos ouvintes. Esse posicionamento mostra que o espaço de enunciação é político e que o falante está dividido em sua prática linguística. De um lado, defende Libras como sua língua natural. Por outro, interage fazendo uso da modalidade escrita do Português. Até que ponto esse uso da escrita do Português por meio deste falante vem da relação com a lei 10.436/2002 que regulamenta a língua de sinais brasileira como meio de comunicação, mas reforça que esta não pode substituir o Português escrito? Ou esse uso do Português fez-se necessário para uma efetiva comunicação do falante com os outros falantes que interagem diretamente com ele e não sabem Libras?

Como aponta Guimarães (2018), as práticas linguísticas se dão por meio da relação entre línguas e falantes, que a histórias das línguas constitui-se das relações construídas no espaço de enunciação, que refletem as relações internas ou a relação de contato entre elas. A configuração representada desse espaço enunciativo do segundo recorte é:



Nessa segunda análise, centraliza uma relação de conflito em que ambos os falantes se relacionam com o Português, mas apenas um faz uso da língua de sinais brasileira. Ou seja, a língua portuguesa coage para si os falantes enquanto língua oficial do território nacional e neste caso em análise, exclui o falante que não a domina. Portanto, vê-se

mesmo que o falante F1 não saiba Libras, ele está determinado em relação a ela nesse espaço enunciativo, pois o espaço está dividido entre essas línguas aqui analisadas.



Fonte: reprodução via *Twitter*

Partindo para esse terceiro recorte, temos um terceiro falante, que chamaremos de F3 e entra na discussão abordada do segundo recorte, concordando com o falante F2 já mencionado anteriormente. Desse modo, mais uma vez temos a interação de surdos se posicionando sobre o status da Libras e a sua importância para a comunidade surda - isso representa resistência frente à imposição de um certo tipo de monolinguismo. “Os espaços de enunciação são espaços, divididos desigualmente, de disputa pela palavra.” (GUIMARÃES, 2017, p.28).

Portanto, o espaço de enunciação traz uma relação desigual entre línguas e isso representa tanto uma hierarquia entre elas, como também marca a hierarquia de identidades dos sujeitos. O falante F1 do segundo recorte se reconhece como deficiente auditivo, uma identidade que traz como referência um construto patológico. Já os falantes F2 e F3 do terceiro recorte já admitem uma identidade surda, fruto de um reconhecimento social, que agenciados por essa identidade, posicionam-se a favor de uma língua minoritária, porém importante para uma parcela da sociedade brasileira.

Com isso, pode-se perceber a viabilidade do sujeito surdo de tomar para si não só a Libras, sendo esta sua língua natural, mas também o Português. A língua funciona no acontecimento, pelo acontecimento, e não pela assunção de um indivíduo.” (GUIMARÃES, 2017, p. 30). Não há uma necessidade de exclusão automática ao se perceber constituído em uma ou outra língua, já que há espaço para as duas línguas e quantas mais forem necessárias. Porém, esses espaços serão divididos politicamente e esse embate político é que agenciarão os falantes para uso de uma ou mais línguas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira e mediante as análises citadas no trabalho acerca do conceito de espaço de enunciação de Eduardo Guimarães, percebe-se que no espaço enunciativo do território brasileiro, há uma divisão entre o Português e a Língua Brasileira de Sinais-Libras. O conflito é gerido pelo status colonizador e opressor do português em relação à língua de sinais brasileira. A partir dos recortes analisados, observa-se a constituição dos sujeitos falantes das duas línguas. Ser surdo não significa dizer que Libras será usada como língua natural. Como também não significa que o Português seja usado como L2.

Além disso, vimos que o falante pode constituir-se das duas línguas, mas que apesar de Libras ser reconhecido como um meio de comunicação e expressão para a comunidade surda dentro do país, a língua não pode substituir a modalidade escrita do Português, o que reafirma a Língua Portuguesa como a língua oficial do Brasil, assim a língua do Estado e é por meio dela que o falante é agenciado.

Portanto, o sujeito surdo por mais que Libras seja a sua língua natural, se ele não fizer uso do Português em sua modalidade escrita, pode tornar-se um sujeito marginalizado e excluído socialmente por viver em uma sociedade majoritariamente ouvinte e que em sua maioria não tem o interesse de aprender a língua de sinais brasileira. Nesse sentido, por meio das análises dos recortes, percebemos que o surdo é forçado a se adequar a esse mundo ouvinte e que a Libras não é ainda uma língua oficial para toda a sociedade brasileira. Essa falta de status político reforça o estereótipo colonialista e impede a língua de ser plenamente efetivada no país.

## REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Libras. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>> Acesso em: 10/06/2021.

GUIMARÃES, Eduardo: **Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Laboratório Corpus: UFSM, Jan./Mar 2014

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento: Um estudo enunciativo da designação**. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

\_\_\_\_\_. **Semântica: enunciação e sentido**. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni, Puccinelli. **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996. *Ling. e Instrum. Linguíst.*, Campinas, SP, v. 23, n. 46, p. 100-129, jul./dez. 2020. 125

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª Edição, Pontes Editores. Campinas, SP, 2012. *Líng. e Instrum. Linguíst.*, Campinas, SP, v. 23, n. 46, p. 100-129, jul./dez. 2020. 126

\_\_\_\_\_. **Língua Brasileira e outras histórias**: Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

\_\_\_\_\_. O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, SP: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista**. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.

QUADROS, R.M. e KARNOPP, L.B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RUBIO, J. A. S., QUEIROZ, L. S. **A aquisição da Linguagem e Integração Social**: A LIBRAS como formadora de identidade do surdo. São Roque – SP: Faculdade de São Roque, *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, vol. 5, nº 1, 2014. Disponível em <<[http://www.facsaroque.br/novo/publicacoes/publi\\_atual\\_2014.html](http://www.facsaroque.br/novo/publicacoes/publi_atual_2014.html)>>. Acesso em 01/06/2021.

SANTOS, Gabriel Leopoldino dos. **Os sentidos do nome língua brasileira de sinais/libras no texto da lei**. *Revista Porto das Letras*, Vol. 06, Nº 02. 2020. Estudos da Linguagem

SILVA, Nilce Maria. **Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de sinais**: Constituição e formulação. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas 2012.